

Acritica
11/8/99 AM
503

SEMINÁRIO NA VENEZUELA

Indígenas da Amazônia se armam com leis internacionais

CARACAS (AFP) — Guardiões de algumas das mais ancestrais culturas da América e situados nas cobiçadas terras ricas em minerais na remota Amazônia, os indígenas do Brasil, Guiana e Venezuela recorrem a novas estratégias para fazer valer seus direitos: querem estar presentes em suas constituições e buscam compromissos de seus governos.

Armados com textos de jurisprudência internacional e exemplos constitucionais de países vizinhos, indígenas desses três países realizaram em Caracas um seminário em cujas conclusões, divulgadas esta semana, a principal reivindicação é de que lhes seja reconhecida e delimitada a propriedade das terras e de seus recursos naturais.

As etnias Arawak, Macuxi, Pemón, Muré, Wapixana, Ye'jwana, Eñe'pa, Pume e Kariña também reclamaram o direito de ser informados e consultados sobre qualquer projeto que pretenda instalar-se em seus territórios, altamente cobiçados por garimpeiros, empresas de mineração, petroleiras, madeiras e até por uma empresa de lançamento de satélites na Guiana.

“Os rios que nos servem para viajar, beber e tomar banho estão cheios de lixo. Há proliferação de

OS INDÍGENAS QUEREM QUE LHE SEJA RECONHECIDA A PROPRIEDADE DAS TERRAS E DE SEUS RECURSOS NATURAIS

O 1º Seminário Internacional de Povos Indígenas desses três países foi realizado em 1997 em Boavista, quando os afetados se concentraram nos grandes projetos em suas áreas, como a construção de grandes estradas do Brasil à Venezuela e da Guiana ao Brasil, ou uma rede elétrica na Grande Sabana (lençol) venezuelano-brasileira.

“Foi uma reunião muito útil, porque descobrimos que os povos indígenas não conheciam esses projetos que cruzam nossas terras”, explicou à AFP o representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR), José Adalberto Silva.

Embora nesses dois últimos

malária, alcoolismo e prostituição, os peixes desaparecem, já não existe água limpa para beber, os animais fogem. Nosso sustento está seriamente ameaçado”, lamentaram os reunidos em Caracas.

anos as duas estradas e a rede elétrica tenham avançado sensivelmente, os indígenas brasileiros conseguiram uma histórica indenização, enquanto os venezuelanos, após múltiplos protestos, conseguiram que seu projeto seja reestudado pelo Governo.

“Os povos indígenas estão forçando os governos a negociar seus direitos e os governos agora sabem que são obrigados a discutir com os índios”, expressou o representante do Brasil, país que conta com a legislação mais avançada em matéria indígena.

Na Guiana e Venezuela, o verdadeiro reconhecimento desses direitos está ainda longe, lamentaram os indígenas desses dois países que, seguindo os exemplos de Brasil, Colômbia e Equador, participam nos processos constituintes de seus países para introduzir suas reivindicações na Carta Magna.

Embora habitem nas mais extensas e preservadas áreas, no Brasil e Venezuela a população indígena é altamente minoritária (329 mil dos mais de 160 milhões de brasileiros e 315 mil dos 23 milhões de venezuelanos), enquanto na Guiana representam apenas 7% do total da população.